**PROPOSTA DE REVISÃO E ADEQUAÇÃO DO DECRETO Nº 45.412/00
REGULAMENTO DO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES
DO
IPEM-SP**

O Prêmio de Produtividade pago aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP, autarquia estadual, instituído pela Lei nº 10.154/98, alterada pela Lei nº 10.438/99, teve seu pagamento regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 45.412, de 16 de novembro de 2000, alterado *a posteriori* pelos seguintes Decretos:

- Decreto nº 58.024/12; e
- Decreto nº 59.312/13.

No que tange ao Decreto nº 58.024/12, o mesmo veio a aprovar a nova Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade, necessária por conta dos novos empregos públicos permanentes (SQEP-P) e em confiança (SQEP-C) do Quadro de Pessoal da Autarquia (QP-IPEM-SP), criados pela Lei Complementar nº 1.103/10.

Restou fixada na nova Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade da época os seguintes empregos públicos e respectivos níveis:

1. Nível I - Auxiliar de Apoio em Metrologia e Qualidade;
2. Nível II - Assistente de Direção, Oficial de Apoio em Metrologia e Qualidade e Técnico em Metrologia e Qualidade;
3. Nível III - Assistente Técnico de Direção, Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade, Auditor e Especialista em Metrologia e Qualidade;
4. Nível IV - Diretor de Núcleo;
5. Nível V - Assessor de Gabinete, Auditor Chefe, Delegado Regional, Diretor de Divisão e Ouvidor;
6. Nível VI - Superintendente, Superintendente Adjunto, Assessor Chefe e Diretor de Departamento.

Pertinente ao Decreto nº 59.312/13, o referido diploma regulamentar se ocupou de alterar o parâmetro de aferição para a concessão do Prêmio de Produtividade fixado no Decreto nº 45.412/00, bem como fixar o Fator de Multiplicação para 255, equivalente a R\$ 255,00, em substituição do anterior Fator de Multiplicação 150, equivalente a R\$ 150,00.

Em face do Decreto nº 59.312/13, o Fator de Multiplicação foi reajustado em 70%, recompondo o poder de compra corroído pela inflação de 13 anos.

Pois bem, considerando o lapso temporal transcorrido, a partir da última revisão do Regulamento do Prêmio de Produtividade dos servidores do IPEM-SP, que foi em 21 de junho de 2013, por meio do Decreto nº 59.312/13, é possível concluir que se passou mais de uma década de vigência dos diplomas que tratam das bases, termos e condições para concessão da aludida verba premial, sem revisão alguma.

Como se não bastasse, há nos diplomas regulamentares atuais do Prêmio de Produtividade dos servidores do IPEM-SP certas distorções ou desconformidades que demandam correção, não só em termos de estrutura mas também em termos de retribuição pecuniária adequada dos servidores.

Exemplificando, a atual legislação regulamentar estabelece que o emprego público em confiança de “Delegado Regional”, Referência C6, do SQEP-C do QP-IPEM-SP, encontra-se no Nível V da Malha de Distribuição atual, o que não se afigura acertado.

Na Malha de Distribuição atual, o Delegado Regional, dirigente regional do IPEM-SP que responde pela Delegacia de Ação Regional (DAR) de sua sede administrativa, fixada em uma das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, encontra-se no mesmo nível de “Diretor de Divisão” e “Assessor de Gabinete”.

Sem demérito algum aos ocupantes dos empregos públicos de “Diretor de Divisão” e “Assessor de Gabinete”, de extrema relevância para a Instituição, a DAR, cujo dirigente é o “Delegado Regional”, subordina-se tecnicamente ao Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização - DMLF, unidade departamental técnica do IPEM-SP, porém, administrativamente à Superintendência do IPEM-SP, conforme estabelece o Decreto nº 55.964/10, alterado pelo Decreto nº 64.110/19.

Costuma-se dizer que o “Delegado Regional” é o superintendente do IPEM-SP no Interior do Estado, pois lhe compete não só dirigir a Unidade Regional mas também representar a Autarquia em sua circunscrição administrativa.

Decididamente, o “Delegado Regional” representa o IPEM-SP e a Alta Administração, seja na Capital seja no Interior do Estado de São Paulo, em cada uma das 18 (dezoito) Unidades Regionais existentes, a saber, Araraquara, Araçatuba, Bauru, Campinas, Jundiaí, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba, Capital-Norte, Capital-Sul, Capital-Leste e Capital-Oeste, o que demonstra de certa forma a necessidade de fixar tal emprego público no seu devido lugar, em termos de Prêmio de Produtividade.

Por tal razão, a exigência de adequação de tal distorção, consignando o “Delegado Regional” como Nível VI da referida Malha de Distribuição, numa escala que varia de Nível I a Nível VII, conforme proposta que ora se apresenta.

Prosseguindo, o mesmo se infere do emprego público em confiança de “Auditor”, Referência C4, do SQEP-C do QP-IPEM-SP.

Analisando a Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade atual, o emprego público em confiança de “Auditor”, em que pese a sua classificação como

“Referência C4” na Escala Salarial do IPEM-SP (Lei Comp. 1.103/10), encontra-se no Nível III da referida Malha, em patamar inferior ao “Diretor de Núcleo”, Referência C3, ambos do SQEP-C do QP-IPEM-SP, este de Nível IV.

Mais uma vez, reitere-se, sem nenhum demérito aos ocupantes do emprego público em confiança de gestão de “Diretor de Núcleo”, igualmente importante em nossa Instituição.

Ora, tal inadequação na malha de distribuição salta aos olhos.

Como pode o “Auditor”, Referência C4, do SQEP-C do QP-IPEM-SP, estar consignado na Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade atual em patamar inferior ao “Diretor de Núcleo, Referência C3, integrante do mesmo Subquadro?

Não se justifica que o “Auditor”, Referência C4, perceba Prêmio de Produtividade de valor inferior ao Diretor de Núcleo, Referência C3.

O Auditor exerce atividade de extrema relevância do âmbito institucional, como elemento integrante da Auditoria Interna. A Auditoria Interna, inclusive, que em termos de gerenciamento de riscos é a terceira linha de defesa da Superintendência.

Assim, se faz premente a correção de mais esta distorção, apondo o “Auditor” no Nível IV da Malha de Distribuição, juntamente com o “Diretor de Núcleo, no mínimo, na medida em que ambos têm competências e responsabilidades equivalentes.

Prosseguindo, considerando a última revisão do Decreto 45.412, de 16 de novembro de 2000, que se efetivou em 2013 com a edição do Decreto nº 59.312 de 21 de junho de 2013, incontestemente que uma nova revisão se mostra imperiosa, já que transcorridos mais de 11 anos.

A sociedade, extremamente dinâmica e complexa, se modifica, evolui e o contexto sócio-político-econômico se altera.

A majoração do Fator de Multiplicação atual, uma vez que passados mais de uma década da última revisão, é medida que se impõe, demandando a recomposição do poder de compra da moeda estabelecido em 2013, ainda que parcialmente, corroída que foi pela inflação do período.

De acordo com o IBGE, o IPCA acumulado nos últimos 11 anos foi superior a 88%.

Despiciendo salientar os efeitos do fenômeno da inflação, que mede o aumento dos preços dos bens e serviços em determinado período, principalmente no poder de compra da moeda nacional.

A proposta é de recomposição das perdas salariais, porém, em patamar abaixo dos 88 % de inflação do período de 11 anos, até porque necessário se faz austeridade e cautela no que se refere as contas públicas. A média de reajuste ficará em torno de 54,86%.

Pugna-se ainda que seja usado como base de cálculo do Prêmio de Produtividade a Unidade Básica de Valor (UBV), instituída pelo artigo 33 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

O uso da Unidade Básica de Valor (UBV), além de se afigurar em conformidade com as regras da Administração Pública para cálculo de gratificações e outras vantagens pecuniárias, mostra-se eficiente como mecanismo de minimização de futuras perdas do poder de compra da moeda pelo fenômeno da inflação.

A propósito, estabelece o artigo 33 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, o seguinte:

CAPÍTULO III - Da Unidade Básica de Valor

Artigo 33 - Fica criada a Unidade Básica de Valor - UBV, como base de cálculo para gratificações e outras vantagens pecuniárias, correspondente ao valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Conforme se observa, o uso da UBV é cabível como base de cálculo de gratificações e outras vantagens pecuniárias.

Atualmente, com base na Lei Complementar nº 1.388, de 11 de julho de 2023, o valor da UBV fixado é de R\$120,68.

Objetivamente, pretende-se com a presente proposta estabelecer o seguinte, no que se refere as regras de apuração do Prêmio de Produtividade de cada servidor:

“ Artigo 5º - O valor do Prêmio de Produtividade para cada servidor, com base de cálculo pela Unidade Básica de Valor (UBV), instituída pelo artigo 33 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, será apurado mediante a aplicação das seguintes regras:

I - determinar-se-á a Quantidade de Padrões em UBV por Nível multiplicando-se a quantidade de servidores enquadrados em cada nível da Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade, a que se refere o "caput" do artigo 4º deste decreto, pelo respectivo Padrão em UBV nela constante;

II - apurar-se-á o Total Geral de Padrões em UBV pela somatória da Quantidade de Padrões em UBV por Nível;

III – determinar-se-á o Fator de Multiplicação dividindo-se o valor líquido disponível para pagamento global do Prêmio de Produtividade, apurado na conformidade do artigo 3º, pelo Total Geral de padrões por UBV;

IV - apurar-se-á o valor do Prêmio de Produtividade a ser recebido por cada servidor mediante a multiplicação do Fator de Multiplicação, limitado ao valor de 1 (uma) UBV, pelo Padrão em UBV correspondente a cada nível.

§ 1º - Quando o Fator de Multiplicação for maior que o valor de 1 (uma) UBV, o excedente ficará acumulado para os meses subsequentes.

§ 2º - Quando o Fator de Multiplicação for igual ou inferior a 0,30 (trinta centésimos) do valor de 1 (uma) UBV, o valor destinado ao Prêmio de Produtividade ficará acumulado para os meses subsequentes.

Indo adiante, propugna-se também pela criação de um Nível VII na Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade do IPEM-SP, onde irão constar somente os empregos públicos em confiança afetos a Alta Administração da Autarquia, quais sejam, superintendente, superintendente adjunto e assessor chefe (este análogo a chefe de gabinete).

Com tais alterações na Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade, a configuração adequada passaria a ser a seguinte:

1. **Nível I** – Auxiliar de Apoio em Metrologia e Qualidade;
2. **Nível II** – Assistente de Direção, Oficial de Apoio em Metrologia e Qualidade e Técnico em Metrologia e Qualidade;
3. **Nível III** – Assistente Técnico de Direção, Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade e Especialista em Metrologia e Qualidade;
4. **Nível IV** – Auditor e Diretor de Núcleo;
5. **Nível V** – Diretor de Divisão;
6. **Nível VI** – Assessor de Gabinete, Auditor Chefe, Ouvidor, Delegado Regional e Diretor de Departamento;
7. **Nível VII** - Superintendente, Superintendente Adjunto e Assessor Chefe.”

A Alta Administração do IPEM-SP, composta pelos servidores que ocupam os empregos públicos de superintendente, superintendente adjunto e assessor chefe (este análogo a chefe de gabinete), merece posição diferenciada na Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade, pelo rol de competências fixadas e responsabilidades administrativas de gestão superior atribuídas pela lei, sem olvidar das atividades de ordenador de despesas institucionais.

Pois bem, visando o reconhecimento e valoração dos que laboram no IPEM-SP, cada um com emprego público e nível de responsabilidade funcional, além de formação acadêmica específica, aumentou-se um grau em cada padrão de emprego público do QP-IPEM-SP, que passa a iniciar-se com “4”, podendo chegar a “14”.

No tocante ao aspecto financeiro e orçamentário não há óbices para a revisão do Regulamento do Prêmio de Produtividade nos termos ora propostos, ressaltando que os recursos necessários virão da Fonte 5, fruto do convênio de cooperação técnico e administrativo firmado com o INMETRO, autarquia federal.

O pagamento da verba “Prêmio de Produtividade” aos servidores do IPEM-SP, nos patamares ora propostos, não onerará o Tesouro do Estado, já que dizem respeito a produção no campo da Metrologia e Avaliação da Conformidade, esta levada a efeito por conta de convênio de cooperação técnica e administrativa firmado com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, autarquia federal.

Eis, pois, as razões que justificam a apresentação da presente minuta de decreto, visando a revisão do Decreto nº 45.412/00 e suas alterações, que trata das bases, termos e condições para concessão do Prêmio de Produtividade aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP.

PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

RESUMO DA PROPOSTA DA NOVA MALHA DE DISTRIBUIÇÃO

1. Nível I – Auxiliar de Apoio em Metrologia e Qualidade

Com grau fundamental: Padrão em UBV 11

Com grau intermediário: Padrão em UBV 14

Com grau superior: Padrão em UBV 17

2. Nível II – Assistente de Direção, Oficial de Apoio em Metrologia e Qualidade e Técnico em Metrologia e Qualidade

Com grau intermediário: Padrão em UBV 20

Com grau superior: Padrão em UBV 23

3. Nível III – Assistente Técnico de Direção, Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade e Especialista em Metrologia e Qualidade

Grau superior: Padrão em UBV 29

4. Nível IV – Auditor e Diretor de Núcleo

Grau superior: Padrão em UBV 32

5. Nível V – Diretor de Divisão

Grau superior: Padrão em UBV 35

6. Nível VI – Assessor de Gabinete, Auditor Chefe, Ouvidor, Delegado Regional e Diretor de Departamento.

Grau superior: Padrão em UBV 38

7. Nível VII – Superintendente, Superintendente Adjunto e Assessor Chefe.

Grau superior: Padrão em UBV 41

**TABELA DE EMPREGOS PÚBLICOS DO IPREM-SP
E ESCOLARIDADE/PADRÃO
PARA EFEITO DE PAGAMENTO
DO
PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE**

NÍVEL DE ENQUADRAMENTO	EMPREGOS PÚBLICOS (LEI COMPLEMENTAR Nº 1.103/2010)	REQUISITO ESCOLAR BÁSICO	ESCOLARIDADE/PADRÃO EM UBV
I	- AUXILIAR DE APOIO EM METROLOGIA E QUALIDADE (SQEP-P)	FUNDAMENTAL	FUNDAMENTAL - 11 INTERMEDIÁRIO - 14 SUPERIOR - 17
II	- OFICIAL DE APOIO EM METROLOGIA E QUALIDADE (SQEP-P) - TÉCNICO EM METROLOGIA E QUALIDADE (SQEP-P) - ASSISTENTE DE DIREÇÃO (SQEP-C)	INTERMEDIÁRIO	INTERMEDIÁRIO - 20 SUPERIOR - 23
III	- ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO (SQEP-C) - ANALISTA DE GESTÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE (SQEP-P) - ESPECIALISTA EM METROLOGIA E QUALIDADE (SQEP-P)	SUPERIOR	SUPERIOR - 29
IV	- AUDITOR (SQEP-C) - DIRETOR DE NÚCLEO (SQEP-C)	SUPERIOR	SUPERIOR - 32
V	- DIRETOR DE DIVISÃO (SQEP-C)	SUPERIOR	SUPERIOR - 35
VI	- ASSESSOR DE GABINETE (SQEP-C) - AUDITOR CHEFE (SQEP-C) - OUVIDOR (SQEP-C) - DELEGADO REGIONAL (SQEP-C) - DIRETOR DE DEPARTAMENTO (SQEP-C)	SUPERIOR	SUPERIOR - 38
VII	- SUPERINTENDENTE (SQEP-C) - SUPERINTENDENTE ADJUNTO (SQEP-C) - ASSESSOR CHEFE (SQEP-C)	SUPERIOR	SUPERIOR - 41

QUADRO DE PESSOAL DO IPEM-SP

A) SUBQUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES (SQEP-P)

DENOMINAÇÃO DE CLASSES E CARREIRAS	REF.	QUANT.	PROVIDOS
Auxiliar de Apoio em Metrologia e Qualidade (Extinção)	F1	42	24
Oficial de Apoio em Metrologia e Qualidade	M1	325	121
Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade	S1	125	14
Especialista em Metrologia e Qualidade	E1	285	170
Técnico em Metrologia e Qualidade	T1	285	152
TOTAL		1.062	481

B) SUBQUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS EM CONFIANÇA (SQEP-C)

DENOMINAÇÃO	REF.	QUANTIDADE	PROVIDOS
Superintendente	C11	1	1
Superintendente Adjunto	C10	1	1
Assessor Chefe	C9	1	1
Diretor de Departamento	C8	9	8
Assessor de Gabinete	C7	9	6
Delegado Regional	C6	20	18
Auditor Chefe	C6	1	1
Ouvidor	C5	1	1
Diretor de Divisão	C4	30	29
Auditor	C4	5	4
Diretor de Núcleo	C3	40	40
Assistente Técnico de Direção	C2	30	26
Assistente de Direção	C1	15	14
TOTAL		163	150

M i n u t a

DECRETO Nº

Dá nova redação aos dispositivos que especifica do Decreto nº 45.412, de 16 de novembro de 2000 e suas alterações, que dispõe sobre bases, termos e condições para concessão do Prêmio de Produtividade aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP e estabelece outras providências.

TARCÍSIO DE FREITAS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as manifestações do Secretário da Justiça e Cidadania e do Secretário Chefe da Casa Civil,

DECRETA:

Artigo 1º - Os dispositivos a seguir relacionados do Decreto nº 45.412, de 16 de novembro de 2000, que dispõe sobre bases, termos e condições para concessão do Prêmio de Produtividade aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – o § 1º do artigo 4º:

“Artigo 4º - (...)

§ 1º - O enquadramento nos Níveis I a VII da Malha de Distribuição far-se-á de acordo com o emprego público ocupado pelo servidor, na seguinte forma:

8. **Nível I** – Auxiliar de Apoio em Metrologia e Qualidade;
9. **Nível II** – Assistente de Direção, Oficial de Apoio em Metrologia e Qualidade e Técnico em Metrologia e Qualidade;
10. **Nível III** – Assistente Técnico de Direção, Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade e Especialista em Metrologia e Qualidade;
11. **Nível IV** – Auditor e Diretor de Núcleo;
12. **Nível V** – Diretor de Divisão;
13. **Nível VI** – Assessor de Gabinete, Auditor Chefe, Ouvidor, Delegado Regional e Diretor de Departamento;
14. **Nível VII** - Superintendente, Superintendente Adjunto e Assessor Chefe.”

II – o artigo 5º:

“ Artigo 5º - O valor do Prêmio de Produtividade para cada servidor, com base de cálculo pela Unidade Básica de Valor (UBV), instituída pelo artigo 33 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, será apurado mediante a aplicação das seguintes regras:

I - determinar-se-á a Quantidade de Padrões em UBV por Nível multiplicando-se a quantidade de servidores enquadrados em cada nível da Malha de Distribuição do Prêmio de Produtividade, a que se refere o "caput" do artigo 4º deste decreto, pelo respectivo Padrão em UBV nela constante;

II - apurar-se-á o Total Geral de Padrões em UBV pela somatória da Quantidade de Padrões em UBV por Nível;

III – determinar-se-á o Fator de Multiplicação dividindo-se o valor líquido disponível para pagamento global do Prêmio de Produtividade, apurado na conformidade do artigo 3º, pelo Total Geral de padrões por UBV;

IV - apurar-se-á o valor do Prêmio de Produtividade a ser recebido por cada servidor mediante a multiplicação do Fator de Multiplicação, limitado ao valor de 1 (uma) UBV, pelo Padrão em UBV correspondente a cada nível.

§ 1º - Quando o Fator de Multiplicação for maior que o valor de 1 (uma) UBV, o excedente ficará acumulado para os meses subsequentes.

§ 2º - Quando o Fator de Multiplicação for igual ou inferior a 0,30 (trinta centésimos) do valor de 1 (uma) UBV, o valor destinado ao Prêmio de Produtividade ficará acumulado para os meses subsequentes.

III – os itens 1 e 3 do § 1º do artigo 7º:

“ Artigo 7º - (...)

“§ 1º - (...)

1. tiver faltas injustificadas, admitindo-se, porém, o pagamento proporcional aos dias trabalhados;

(...)

3. estiver afastado do serviço, licenciado ou com contrato de trabalho suspenso, exceto gozo de férias ou exercício de mandato sindical, nos termos do artigo 125 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei Complementar nº 343, de 06 de janeiro de 1984;

IV – o § 2º do artigo 7º:

“Artigo 7º - (...)

§ 2º - Serão consideradas para fins de concessão integral do Prêmio de Produtividade as ausências previstas no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, bem como as faltas decorrentes de acidente do trabalho, doença profissional ou tratamento de neoplasia maligna;”

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao primeiro dia do mês corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Paulo,

TARCÍSIO DE FREITAS

MALHA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

NÍVEIS (A)	GRAU DE ESCOLARIDADE (B)	PADRÃO EM UBV (C)	QUANTIDADE DE SERVIDORES (D)	QUANTIDADE DE PADRÕES EM UBV POR NÍVEL (C x D)
I	FUNDAMENTAL	11	y1	x1
I	INTERMEDIÁRIO	14	y2	X2
I	SUPERIOR	17	y3	X3
II	INTERMEDIÁRIO	20	y4	X4
II	SUPERIOR	23	y5	X5
III	SUPERIOR	29	y6	X6
IV	SUPERIOR	32	y7	X7
V	SUPERIOR	35	y8	X8
VI	SUPERIOR	38	y9	X9
VII	SUPERIOR	41	y10	X10
TOTAL GERAL DE PADRÕES EM UBV				Xn